

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

Aos vinte e um dias de julho de dois mil realizou-se a Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no auditório do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Major Drauto Luiz Vieira**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. David Edison Maciel Barros**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Suplente da AGAPAN; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sr. Alexandre Bugin e Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente, dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Alexandre Melo Soares**, Representante Suplente do CEA; **Sr. Leonardo Beroldt**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Francisco Leandro Soares Fuchs**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fábio Silveira Vilela**, Representante Titular do CLEPEI; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular de Instituição Universitária Privada; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Victor Hugo de Lazzar**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Jackson Müller**, Representante Suplente da FAMURS; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro e Sra. Maria Henriqueta Homrich**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente, do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DRNR; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Presidente deste Conselho; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo deste Conselho; Participaram também o Sr. Gustavo de Moraes Trindade, Assessor Jurídico da SEMA, Sr. Sílvio Botelho, Diretor-Geral da SEMA, Sra. Sílvia Cappelli, Ministério Público e Sra. Maria Dolores Pineda, Diretora Técnica da FEPAM. Após a assinatura do Livro de Presenças, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**: Boa-tarde a todos. Temos “quorum”. Vamos dar início a nossa 26ª Reunião Ordinária do CONSEMA, temos como ponto de pauta: **1 – Conferência Estadual de Meio Ambiente; 2 – Avaliação dos trabalhos desse Conselho**. Em primeiro lugar, saúdo a todos os conselheiros. **Comunicações**: a aprovação do Código Estadual de Meio Ambiente, na Assembléia Legislativa, há cerca de três semanas, trabalho esse que foi precedido de um importante envolvimento de um Grupo de Trabalho, desse Conselho, onde conseguiu-se chegar a um nível muito elevado de consenso nas propostas, nas emendas de atualização e onde tivemos o encaminhamento de mais de sessenta emendas ao plenário da Assembléia, sendo o Código aprovado por unanimidade da Assembléia Legislativa. A situação é muito particular, pela complexidade do Código, o que confere muita legitimidade ao Código aprovado, que tramitou por nove anos na Assembléia Legislativa. Nós tínhamos dois assuntos polêmicos. O assunto relativo a independência da equipe responsável pela elaboração dos EIAs/RIMAS, assunto esse que não teve a apresentação de emenda, acabou ficando a formulação original; o segundo assunto: artigo relativo as queimadas, a solução encontrada foi fazer com que não constasse do Código Estadual de Meio Ambiente, em função de que não houve possibilidade de acordo, e que a maior possibilidade real era de que se, tratado esse tema no Código, ele entrasse autorizando as queimadas, e houve um trabalho de convencimento do conjunto das bancadas de que ficasse remetido ao Código Florestal Estadual. Ainda sobre as queimadas, no mesmo dia foi feita a apreciação do veto do Governador ao projeto do Dep. João Osório, e foi derrubado o veto do Governador, por uma diferença de três votos a mais do que o necessário para a derrubada do veto, e tratando-se das queimadas, naquele mesmo dia, mas remetido à modificação no Código Florestal Estadual, assunto esse que deverá ter continuidade do debate em função de uma decisão do Ministério Público Estadual de ingressar com ação direta de inconstitucionalidade sobre a lei aprovada na Assembléia Legislativa. O Governo já recebeu o texto final do Código, ele está tramitando para apreciação técnica das Secretarias, mas a expectativa nossa é de que não seja necessário nenhum tipo de veto que torne necessário uma reavaliação. A nossa expectativa é de que

53 haja a promulgação do texto do Código como ele passou, embora o volume de informações tenha sido
54 muito grande, por isso é necessário fazer agora uma avaliação mais criteriosa, em função do enorme
55 número de emendas que foram apresentadas, mas nós deveremos então ter a promulgação do Código
56 em breve, e imediatamente inclusive disponibilizar o texto do Código aprovado em grande escala para
57 ser de conhecimento de todos os seguimentos que precisam ter em mãos essa complexa legislação. E,
58 ao mesmo tempo, nessa comunicação, aproveitamos para, além de destacar a maturidade e a
59 importância da participação do Conselho nesse processo, para chamar a atenção dos senhores de que
60 os desdobramentos do Código deverão ser objeto de uma reunião específica desse Conselho, uma vez
61 que o texto remete a esse Conselho a regulamentação de um volume bastante significativo de matérias
62 que devem ser objeto de regulamentação, e portanto, nós deveremos estabelecer a pauta e o
63 cronograma de abordagem dessa pauta complementar e regulamentadora do Código Estadual de Meio
64 Ambiente. A expectativa é que o Código seja apresentado e esteja promulgado no período de
65 aniversário de um ano da Secretaria, que será comemorado agora no dia 03 de agosto próximo.
66 Recebemos ofício do CREA manifestando interesse em contar com um representante na Câmara
67 Técnica Provisória que trata da Política Florestal no Estado do Rio Grande do Sul. Encaminhamento
68 que nós já fizemos foi comunicar ao CREA que, em função do CREA não ter assento formal no
69 Conselho, ele não poderá fazer parte como membro efetivo da Câmara, mas poderá participar como
70 convidado dessas reuniões, tendo em vista inclusive a criação de uma Câmara Especializada do CREA
71 em Engenharia Florestal. Recebemos também um ofício da AMBRAS – Tecnologias Ambientais,
72 solicitando que a Norma Técnica de Incineração de Resíduos de Serviços de Saúde seja encaminhada
73 ao CONSEMA para aprovação. Essa perspectiva, vamos discutir ao final da reunião, de que esse
74 assunto venha à pauta, uma vez que a Câmara Técnica concluiu os seus trabalhos e já foi realizada
75 uma audiência pública sobre esse tema, recolhendo subsídios para que o Conselho possa avaliar o
76 assunto. Recebemos um ofício do Sr. Francisco Carlos Bragança de Souza, representante da
77 Sociedade de Engenharia, solicitando a renúncia de seu mandato junto ao Conselho, pedindo
78 substituição. Nós já encaminhamos o pedido de substituição à Sociedade de Engenharia para
79 indicação de um novo membro, que já encaminhou, e tivemos o ato de nomeação de Paulo Garcia,
80 como representante da Sociedade de Engenharia. Tivemos a publicação da nomeação do Alexandre
81 Soares, retornando ao Conselho, como representante do CEA, como suplente, em substituição a
82 Marcos Vinícius Madeira. Por últimos, acusamos recebimento de um documento encaminhado pela
83 ASEPAN ao Conselho, pelo conselheiro Marco Simon, dirigido ao plenário do Conselho, no dia de
84 hoje, como uma forma de ofício-manifesto, que diz o seguinte: “Prezados Conselheiros. A Associação
85 Ecológica Parceiros da Natureza – ASEPAN, com sede em Santa Maria – RS, com assento e
86 representação no CONSEMA, vem através deste manifestar as seguintes questões: na data de 16 de
87 junho, através do Ofício 16/2000, informamos ao CONSEMA que o Ofício Circular CONSEMA
88 014/2000, que tratava da Convocação para a 18ª Reunião Extraordinária desse Conselho, havia
89 chegado as mãos de nossa instituição apenas no horário em que se estava realizando tal reunião, e que
90 mesmo que quiséssemos nos organizar para nos fazer presente, isso seria impossível. Da mesma
91 forma, requeremos que, conforme art. 8º, parágrafo 2º do Regimento Interno, que tal justificativa
92 constasse em ata, até mesmo porque, mesmo em se tratando de uma reunião extraordinária, e em
93 caráter de urgência, mais uma vez também não se cumpriu com o art. 24, do mesmo Regimento, que
94 determina que qualquer que seja a reunião ela deva ser necessariamente convocada por escrito e com
95 antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Tal pedido não constou em ata da 18ª Reunião
96 Extraordinária, a qual recebemos cópia, o que ainda em tempo requeremos que se cumpra o mesmo
97 conforme o que preceitua o Regimento Interno desse Conselho; 2 – Por outro lado, e conforme a pauta
98 da Convocação da 26ª Reunião Ordinária, a ser realizada nessa data de 21 de julho de 2000, queremos
99 sugerir que o processo desencadeador da realização do CONSEMA passe inicialmente por discussões
100 e assembleias regionalizadas, onde seria discutido e colhido informações, sugestões acerca de temas
101 com maior vulto de preocupação, entre os quais poderíamos citar: queimadas, poluição e recursos
102 hídricos, educação ambiental, resíduos sólidos, fiscalização, entre outros mais pontuais de cada
103 região. Da mesma foram, a que se ter em mente a necessidade de se organizar e preparar tal
104 conferência de modo a permitir democraticamente, proporcionalmente e representativamente todos os

105 seguimentos da população e das instituições públicas, contando com processos e encaminhamentos de
106 decisões abertas e diretas; 3 – Manifestar que há mais de quarenta dias estamos realizando tentativas
107 no sentido de sanar a falta de restituição financeira da participação de nossa representação no
108 CONSEMA, totalizando a nossa presença em seis reuniões, sendo duas extraordinárias, uma ordinária
109 e três Câmaras Técnicas de Municipalização. Que apesar de termos realizado contatos diversos e
110 ofícios e telefônicos, através da senhora Rosaura e do senhor Luiz Antônio, do Setor de Finanças, e
111 mesmo este último nos ter dito que há mais de quinze dias que estaria sendo resolvido tudo em torno
112 de 48h, porque estava tudo ok, até o momento que estamos remetendo esse via fax nada foi resolvido
113 e encaminhado. Que, como tal fato nunca havia ocorrido antes na história do CONSEMA, o dia de
114 hoje completa três meses e oito dias de atraso sem ressarcimento, quando os mesmos sempre
115 ocorreram no decorrer de no máximo dez dias, após a realização das reuniões, e a ASEPAN e sua
116 representação não é funcionária pública, que percebem salários mesmo se ausentando de seus
117 trabalhos de rotina, que seu representante titular autônomo, dependendo única e exclusivamente de
118 seu trabalho para sustento próprio e de sua família, que os recursos referentes a participação das seis
119 reuniões citadas e não repostas inviabilizam a nossa presença em plenária, comunicamos que
120 enquanto não forem sanados tais ressarcimentos, até mesmo porque não se está pedindo nenhum
121 favor, é resolução do CONSEMA, nós, da ASEPAN, não estaremos mais participando das reuniões
122 do CONSEMA, posto não haver condições financeiras para tal. Sendo que também solicitamos a
123 interferência desse plenário para a resolução desse fato. Para o item constante em pauta da 26ª Reunião
124 Ordinária, Avaliação do CONSEMA, ressaltamos a necessidade da mesma passar obrigatoriamente
125 pela discussão do Regimento Interno, o qual há mais de anos viemos tentando colocar em pauta,
126 tornando-se desse modo fundamental para qualquer avanço e melhora do processo democrático
127 interno e externo ao CONSEMA. Por derradeiro, requerer que tal ofício-manifesto conste
128 oficialmente em ata desta reunião do plenário do CONSEMA. Sendo o que tínhamos para o momento,
129 despedimo-nos na certeza da aquiescência e pronto atendimento. Atenciosamente, biólogo Marco
130 Simon”. Bem, estamos promovendo a incorporação então imediata em ata da carta dirigida pelo
131 conselheiro Marco Simon, e passo ao Secretário Executivo para informar, em nome da Presidência, os
132 esclarecimentos necessários a essas colocações trazidas pelo conselheiro Marco. **Sr. Nilvo Luiz Alves**
133 **da Silva:** boa-tarde a todos. Temos como prática, os conselheiros já sabem, ressarcir os custos e
134 despesas das ONGs do interior do Estado que comparecem ao CONSEMA. O caso do conselheiro
135 Marco, em verdade estamos impossibilitados legalmente de fazer essa reposição, já discutimos isso
136 hoje pela manhã inclusive com a APEDAMA, já que são possíveis apenas duas reconduções, e já
137 temos manifestado isso a APEDAMA por meio de ofício, da necessidade de regularização da situação
138 do conselheiro Marco. Então, do ponto de vista legal, a situação dela é irregular no Conselho, por isso
139 a dificuldade de ressarcir. Além da questão, gostaria que isso constasse em ata, deste problema legal
140 para o pagamento, efetivamente a situação do conselheiro tem que estar regular junto ao CONSEMA
141 para que nós possamos ressarcir custos, e os custos de ressarcimento sendo solicitados, são custos de
142 gasolina, de deslocamento do Estado de Santa Catarina até Porto Alegre, e a sede da ONG fica em
143 Santa Maria. Portanto, além de um problema legal de ressarcimento de custos, existe essa questão do
144 que é justo afinal ressarcir em termos das despesas do conselheiro. E temos esses dois níveis de
145 dificuldade, e essa é a justificativa para o não-ressarcimento. **Sr. Presidente:** queremos registrar que
146 temos tido uma certa dificuldade em relação a convocação específica desta entidade-membro do
147 Conselho, e de todos os membros efetivos do Conselho a única entidade que tem formalizado
148 reiteradamente dificuldade para o recebimento das convocatórias é a ASEPAN. Essa dificuldade tem-
149 se procurado sanar por meio de todos os mecanismos possíveis de comunicação, quais seja, fax,
150 telegramas, além dos ofícios ordinários, mas há uma dificuldade objetiva em relação a isso em função
151 da residência de trabalho profissional do conselheiro não ser a mesma da entidade representante da
152 APEDAMA neste Conselho que é Santa Maria, em função de que o conselheiro tem hoje endereço
153 profissional em uma cidade de Santa Catarina. Temos todos os elementos comprobatórios do envio
154 das convocatórias, e todas as convocatórias têm sido enviadas ao mesmo tempo para os endereços
155 deixados pelo conselheiro e nós não conseguimos encontrar uma forma adequada de solucionar esse
156 problema que, pelo menos em termos de formalização, só tem sido reclamado por esse entidade. Em

157 segundo lugar, a Presidência encaminhou à APEDEMA, que é quem determina quais são as entidades
158 e os conselheiros representantes do Movimento Ecológico Gaúcho já três ofícios requerendo a
159 substituição da representação em função de que não-só o Regimento Interno do Conselho, mas a lei
160 que instituiu o Conselho determina como impossibilidade de recondução após o segundo mandato.
161 Essa situação nunca veio ao plenário do Conselho porque em todas as outras situações e entidades que
162 tiveram esse problema, oficiou-se diretamente por meio da Secretaria Executiva e foi providenciada a
163 substituição. Nesse caso, houve um entendimento da APEDEMA num outro sentido, é sobre a questão
164 do mandato. Nós produzimos um parecer jurídico com um quadro geral de substituições e de tempo de
165 mandato de todos os conselheiros e entidades aqui representadas, onde ficou apresentado o parecer
166 jurídico produzido pela Secretaria dando conta de que a designação do Governador é a um
167 conselheiro, e portanto, a possibilidade de recondução por mais de dois mandados deveria ser objeto
168 da discussão nossa da alteração de Regimento Interno, e também deveria ser objeto de um projeto de
169 lei específico para tratar do assunto junto à Assembléia Legislativa. O tema esse ao qual a Secretaria
170 não se opõe, e nós já tivemos duas tentativas de reuniões em que o assunto Regimento Interno foi
171 colocado em pauta e nessas duas reuniões não obtivemos “quorum”, portanto, estamos propondo
172 também que a próxima reunião trate deste assunto do Regimento Interno. Independentemente da
173 alteração do Regimento Interno, no que diz respeito a esse assunto, isso deverá ser objeto de
174 modificação pela Assembléia Legislativa. Estamos procedendo, formalmente, por meio de ato oficial,
175 o desligamento do conselheiro Marco em função da impossibilidade recondução e solicitamos
176 também formalmente a APEDEMA que proceda a substituição do conselheiro por meio dos
177 mecanismos que ela entender necessários para que isso se faça. E em função disso, inclusive, estamos
178 avaliando a forma de proceder essas restituições de despesas que foram referidas pelo conselheiro,
179 uma vez que, em primeiro lugar, o Tribunal de Contas não aceitará a justificativa do pagamento de
180 deslocamento da entidade, a não ser do seu local-sede, que é o que deve ser feito. Em segundo lugar,
181 para que se proceda o pagamento e o Tribunal de Contas aceite a justificativa de pagamento, é
182 necessário que a situação dos conselheiros esteja regularizada, de maneira que qualquer
183 encaminhamento que não observe esses elementos de legalidade, inevitavelmente não será aceito pelo
184 Tribunal de Contas, e obrigará que o ressarcimento e a restituição dessas despesas ao erário público
185 seja feito pelos titulares dos órgãos que presidem esse Conselho. Conversamos hoje pela manhã com a
186 APEDEMA e combinamos que seja feito o encaminhamento de substituição dessa representação, e
187 registramos aqui a manifestação do conselheiro Marco, deixando bastante claro aos senhores
188 conselheiros que o não-encaminhamento das questões relativas ao pagamento se dão em função desses
189 óbices legais face a particularidade que envolve, a várias reuniões, a permanência, em situação
190 irregular, desse conselheiro. E nós acreditamos que essa situação precisa ser regularizada
191 imediatamente porque a permanência de uma representação irregular nesse Conselho torna passível de
192 anulação todas as decisões formais que esse plenário tenha sobre as questões que venham à pauta
193 deste Conselho. Abrimos para algum esclarecimento a respeito desse assunto, que julgarem
194 necessários, e passamos a pauta ordinária. (Silêncio.) Passamos a nossa pauta ordinária. Primeiro, a
195 aprovação das atas das nossas últimas reuniões, são três atas. Iniciando pela 25ª Reunião Ordinária.
196 Em apreciação. Não havendo manifestações, podemos considerar **APROVADA a ata da 25ª**
197 **Reunião Ordinária**. Vamos a 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 12-05-2000. Em apreciação.
198 Não havendo manifestações, consideramos **APROVADA a ata da 17ª Reunião Extraordinária**.
199 Passamos a 18ª Reunião Extraordinária, datada de 13/06/2000. **Sr. Fábio Silveira Vilela:** o Marco faz
200 uma colocação na carta com relação a ata desta reunião. **Sr. Presidente:** ele sugere que não tendo
201 sido inserido na ata anterior o ofício dele, que seja incorporado na ata desta reunião. Nós
202 resgataríamos o ofício anterior, que chegou depois da reunião passada, a 18ª Reunião Extraordinária,
203 e acabou não sendo lido, e o ofício de hoje, que seriam incorporados automaticamente a ata desta
204 reunião. Todos esses itens sem prejuízo de propostas corretivas, principalmente de forma,
205 encaminhadas diretamente à Secretaria Executiva, e em geral essas correções não são objeto de
206 controversa. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** Linha 519, onde diz “necessidade”, é “sociedade”. Na linha
207 532, no meu entendimento, quando diz que “onde se inclui atualmente as dioxinas e agrometanos”,
208 talvez o prof. Lewgoy tenha falado em “alometanos”, ou seja, substituir “agrometanos” por

209 “alometanos”. Na 569, por forma, onde diz “Portaria 589”, ficaria “Portaria 5/89”. Na linha 576,
210 mesma questão, “Portaria 589” fica “Portaria 5/89”. Na linha 597, do prof. Lewgoy, ali está “ALX”,
211 e, no meu entendimento, é “AOX”. Na linha 676, o meu nome foi trocado por “Antônio”, quando é
212 “Antenor”. E na Linha 688, questão de vício de linguagem, parece-me que “tem que há
213 concordância”, teria que substituir o “tem”. **Sr. Presidente:** acolhidas as contribuições do conselheiro
214 Pacheco. **APROVADA a ata da 18ª Reunião Extraordinária.** Passamos ao primeiro ponto da pauta
215 que é: **1 – Discussão relativa a Conferência Estadual do Meio Ambiente.** Pedimos para que fosse
216 distribuído a todos os conselheiros o material que dá uma descrição genérica sobre a proposição
217 apreciada aqui por esse Conselho relativa a Conferência Estadual do Meio Ambiente. Em primeiro
218 lugar, é importante ressaltar que nós temos a previsão em lei de realização de conferências estaduais
219 de meio ambiente bianuais, e tivemos dificuldades para que isso fosse realizado no primeiro ano de
220 governo, em função do atraso no calendário da criação da própria Secretaria Estadual de Meio
221 Ambiente, e temos tido a manifestação de vários seguimentos, representados nesse Conselho, sobre a
222 necessidade de realização dessa Conferência. Tivemos uma interrupção do processo de realização de
223 Conferências Estaduais de Meio Ambiente em 1994, quando realizamos a 6ª ou 7ª Conferência
224 Estadual de Meio Ambiente, e portanto, acreditamos que é o momento de que tenhamos uma
225 retomada desse processo de Conferência Estadual de Meio Ambiente. A proposta apresentada para
226 discussão trás um diferencial bastante grande em relação às Conferências que foram realizadas em
227 épocas anteriores que, em geral, eram painéis de debates onde especialistas apresentaram suas
228 opiniões sobre a questão ambiental, e onde nós não tínhamos uma dinâmica de plenárias oficiais e de
229 aprovação de resoluções, salvo algumas pequenas exceções em uma ou duas conferências realizadas
230 até o momento. A idéia é que nós pudéssemos promover uma conferência, com efetivo envolvimento
231 dos seguimentos, que tivesse uma condição de organização descentralizada no Estado oportunizando,
232 que em nível regional houvesse uma participação mais efetiva de todos os seguimentos que dialogam
233 com o setor, e que ela pudesse ser uma conferência resolutiva indicando as grandes diretrizes e
234 desafios para as políticas de gestão ambiental do Estado. Tivemos uma ocorrência conjuntural que
235 modifica um pouco o que se pensou, inclusive nesse Conselho em período recente. Fizemos a
236 proposição à Assembléia Legislativa de que o Código fosse postergado até a Conferência para que ele
237 fosse objeto de discussão e avaliação da conferência. O Código foi aprovado, de maneira bastante
238 representativa das opiniões médias desse Conselho, e portanto nós temos como desafio já tratar dos
239 elementos de implementação do Código Estadual de Meio Ambiente, e a proposição então
240 apresentada aqui seria de que o processo da conferência fosse iniciado na comemoração do primeiro
241 aniversário da Secretaria, em agosto, e que nós tivéssemos o segundo semestre desse ano como o
242 período de preparação e realização da conferência iniciando em agosto e terminando em novembro.
243 Chegamos a conversar com vários setores sobre a propriedade ou não de se realizar um processo
244 como esse em período eleitoral, e há um entendimento médio de que é possível e talvez até seja
245 positivo potencializar esse processo dentro de um período eleitoral nos municípios trazendo a pauta
246 ambiental para a própria conjuntura eleitoral, e nós apresentamos uma proposição de temática aberta,
247 quer dizer, não nos parece que, depois de vários anos sem a realização de conferência, nós poderíamos
248 realizar uma conferência com um tema específico dirigido, e então, a apresentação de temas que foi
249 feita aqui, é uma apresentação que permite que os vários assuntos relativos as políticas ambientais do
250 Estado sejam elas realizadas pela SEMA e seus órgãos, sejam realizadas pelo conjunto de outros
251 órgãos, possam ser incorporadas como uma espécie de grandes gavetas onde esses assuntos sejam
252 includentes. Ou seja, a pauta que está sendo proposta aqui “**Desafios para o Desenvolvimento
253 Ecologicamente Sustentável no RS**” é uma pauta que permite fazer com que os assuntos mais
254 relevantes que porventura os seguimentos queiram incorporar à apreciação da Conferência possam ser
255 colocados de maneira que uma possível setorização venha num período posterior, mas nos parece que
256 nesse momento nós deveríamos discutir as grandes questões, os grandes desafios colocados com uma
257 visão mais global, o que torna, sem dúvida, esta pauta com densidade, mais trabalhosa, inclusive, para
258 ser operada. Mas não nos parece que seria possível promover uma redução significativa da pauta
259 excluindo o assunto que são, objetivamente, colocados pelo conjunto dos seguimentos que atuam
260 nesta área. Estamos propondo que sejam realizadas onze conferências regionais, utilizando o critério

261 mais universal dos fóruns de participação, que têm sido usados no Estado hoje, que é o que coincide
262 os COREDES e as regionais do orçamento participativo, que têm vinte e duas regiões, e seriam
263 agrupados, como se está fazendo para outros processos, outras conferências, inclusive, e nós fomos
264 buscar o exemplo das demais conferências que o governo vem realizando na área da habitação, da
265 mulher, da justiça e segurança para recolher contribuições e avaliar mecanismos de aperfeiçoamento
266 em relação a essa estrutura, e chegamos então a essa proposição de trabalhar um critério de
267 regionalização que seja idêntico ao do orçamento participativo e dos COREDES, em função do
268 próprio envolvimento dos coordenadores do orçamento participativo e das direções dos COREDES na
269 mobilização para as plenárias da conferência. A idéia seria que as conferências fossem realizadas em
270 onze regiões, que fossem, nessas regiões, organizadas espécie de comissões locais de organização,
271 para trabalhar junto com a comissão central de organização do processo, e que a Conferência Estadual
272 de Meio Ambiente fosse realizada em novembro. As conferências regionais teriam um critério de
273 participação aberta, ou seja, todos os interessados podem participar, e elas teriam como objetivo
274 recolher propostas, ou seja, elas não seriam objeto de votação e de eliminação de propostas que
275 precisariam ser trazidas para a Conferência Estadual. Então, numa idéia de recolhimento para a
276 transformação de um corpo de resolução, numa grande síntese na Conferência final a ser realizada em
277 novembro. Há também a proposição de que vários debates temáticos, que estão programados e alguns
278 outros que podem ser programados com interesses distintos e com nuances para cada região do Estado
279 possam ser incluídos dentro do processo de preparação da conferência, com elementos contributivos,
280 e estamos com um mapa, e nosso Diretor-Geral vai apresentar logo a seguir a proposta de
281 regionalização, estamos, em primeiro lugar, colocando para apreciação a idéia de proporção para a
282 eleição de delegados nas conferências regionais. A proporção, que a partir de alguns contatos feitos,
283 sugerida foi a de um delegado para cada dez presentes e de no mínimo cinco delegados para plenária
284 com até cinquenta participantes. Ou seja, até cinquenta, independentemente do número, se forem dez
285 ou cinquenta, há uma garantia de um número mínimo de delegados por região. Há a proposição
286 também de que os membros do CONSEMA sejam delegados natos à Conferência, pela sua
287 representatividade e pelo seu papel na estruturação do sistema, e também uma questão que deixamos
288 em *italico*, inclusive, aqui, pois há uma certa dúvida sobre isso, a possibilidade de que fosse usado um
289 critério temático em que cada seguimento teria direito a indicação de um número mínimo de
290 delegados que permitissem a representação plural desses seguimentos principalmente nas suas
291 instâncias diretivas, que estão mais localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, as direções
292 estaduais de todos esses seguimentos. E por último, seria apresentado um texto-guia elencando os
293 principais desafios, e seria produzido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente com informações
294 sobre diagnóstico e dando um roteiro básico de questões a serem abordadas, e também seria
295 trabalhada a possibilidade de um caderno de teses, com prazos para apresentação de teses por
296 quaisquer entidades que pudesse circular durante o processo. Esse processo é extremamente
297 complexo, trabalhoso, na área ambiental nunca aconteceu com essa formatação, e ele necessariamente
298 envolveria um grau de aplicação significativo de todos os nossos seguimentos para possibilitar um
299 processo com uma certa densidade política, e, por último, antes de passarmos a apresentação do mapa
300 e depois a discussão, gostaríamos de dizer que fizemos algumas conversas preliminares com
301 seguimentos de consulta sobre esses termos mais gerais do que seria a Conferência, e a nossa opção
302 foi por não detalhar elementos de Regimento Interno e questões que seriam trabalhadas como
303 consequência dessa reunião, ao aprovar as grandes diretrizes, e fizemos especificamente a tratativa
304 desse tema na Comissão Bipartite, envolvendo Estados e Municípios, que têm se reunido
305 periodicamente, e também tratamos desse tema com a APEDEMA, em uma reunião na quarta-feira e
306 outra reunião hoje pela manhã. Pois entendemos que é necessário constituir um elevado nível de
307 acordo sobre as regras e sobre o engajamento dos seguimentos para a construção de um processo
308 desse tipo para o sucesso do processo. Em regras mais gerais seria isso, e a nossa proposição seria de
309 que a partir dessa apreciação, com as modificações que viessem a ser sugeridas por esse Conselho, e
310 nós pudéssemos formar um Grupo de Trabalho, representativo dos vários seguimentos, para irmos ao
311 detalhamento e remeter a esse Conselho, se necessário apreciação dos detalhamentos, mas nós
312 gostaríamos de ter aprovação do Conselho de um sentido geral de cronograma que permitisse que o

313 processo iniciasse na comemoração do primeiro ano da Secretaria agora no início de agosto. Passo ao
314 Sílvio para uma apresentação da proposição de regiões e depois abrimos o tema para discussão. Quero
315 dizer que na avaliação sobre as regiões surgiram vários critérios: bacias hidrográficas, regionalização
316 da Secretaria, enfim, uma série de critérios, e nós optamos pelo que está hoje mais universalizado,
317 embora ele não seja ainda o critério ideal mas que compatibiliza já a própria dinâmica das reuniões
318 dos COREDES e do orçamento participativo. **O Sr. Sílvio Botelho:** a idéia da proposta é tentar
319 agrupar, são vinte e duas regiões agrupando mais ou menos pela proximidade geográfica. A única
320 região que nós não agruparíamos seria a região do litoral, a número 8. As demais todas seriam
321 agrupadas a uma outra região. A região 4, que é Centro Sul, com a região 17, que é sul; a região da
322 Campanha, 2, com a Fronteira Oeste, que é 6; a região 20, que é Vale do Taquari com a Região de
323 Santa Maria, região 03; a região 10, que é a Região das Missões, com a Região de Santa Rosa, 5; a
324 região 12, que é aquela região colonial com a região 1, Alto do Jacuí; a região 9 com a região 15; a
325 região 21 com a região 16; região 8, sozinha; a região 11 com a região 7 e a região metropolitana, que
326 inclui o Delta, Vale do Cai, seriam todas elas agrupadas em uma só, o Vale do Paranhana, é 22, 19 e
327 18. A idéia é agrupar dois a dois, considerando a região metropolitana, no caso a região litorânea
328 ficaria sozinha e os demais agrupando pela proximidade, seguindo mais ou menos a distribuição
329 geográfica do orçamento. **Sr. Francisco Fuchs:** sobre as divisões. Algumas regiões têm
330 características completamente diferentes. O que vejo quando se trata de meio ambiente tem que ter
331 características comuns. Um exemplo, tu pegas a região 17, vem quase aqui para pegar a região
332 campanha, pegando parte da Depressão, Caçapava, Herval, Canguçu, são regiões completamente
333 diferentes. A mesma coisa que juntasse a 1 com a 12, a região do Alto Uruguai e Alto do Jacuí, são
334 pequenas propriedades mas com culturas diferentes, etnias diferentes, não, sei, essa região 18 tem
335 uma globalização, e pelas características, as regiões querem fazer a parte administrativa e facilita,
336 concordo plenamente, mas área administrativa não é ambiental. Pega-se as regiões fisiográficas do
337 Estado que poderiam globalizar melhor em função do meio, solo, clima, temperatura. **Sr. Presidente:**
338 o critério de regionalização foi um critério geopolítico, que consideram que há muitas regionalizações
339 diferenciadas dentro da própria estrutura do Governo, e que considera a necessidade de aproveitar a
340 estrutura dos COREDES e do OP, que tem coordenadores regionais, que as pessoas já têm participado
341 de instâncias regionais dentro desse mesmo critério para viabilizar uma maior mobilização em função
342 de que a divisão pelos critérios ambientais, que foi pensada, ela trás essa dificuldade organizativa, e
343 ela também trás a dificuldade em alguns casos do fluxo de acesso em função dos problemas de
344 estrada, acesso de tradição da região, a organização regional. Cruzando todos esses elementos optou-
345 se por apresentar uma proposição geopolítica em função de que tanto os que participam dos
346 COREDES, comunidades em geral, quanto o orçamento participativo, têm se dividido nesse mesmo
347 critério regional. E isso naturalmente tem uma perda, que é o fato de que em algumas regiões há
348 diferenciações das especificidades ambientais. Mas, nós acreditamos que pelos caminhos já
349 construídos, e referências de cidades-sedes para reunião, as próprias infra-estruturas de reunião, infra-
350 estrutura de deslocamento, seria mais adequado usar esse critério. **Sr. Mário Buede Teixeira:** bem
351 entendido esse aspecto, e bem colocado pelo colega, e só estava esperando que houvesse talvez um
352 esclarecimento, e me parece que o zoneamento ecológico do Estado é que deveria ter sido o critério
353 para fazer essa divisão. Mas, ficou bem claro pela sua exposição. Agora, nada impede que as
354 discussões pudessem, eventualmente, ser agrupadas por zonas ecológicas para facilitar um pouco
355 melhor. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** sr. presidente Quero deixar registrado uma proposta, uma
356 sugestão para talvez futuras Conferências Estaduais do Meio Ambiente de se adotar o critério das
357 bacias hidrográficas para regionalização desses espaços. Talvez não seja o mais interessante nesse
358 momento, nessa Conferência que estamos planejando agora, em virtude de várias bacias hidrográficas
359 não terem os seus comitês formados no Estado do Rio Grande do Sul. Mas, quando eles vierem a ter
360 esses comitês entendo que é inclusive uma obrigação CONFEMA de buscar um gerenciamento para
361 unidade que é a bacia hidrográfica, que a gente sabe que é uma unidade ótima de gerenciamento nas
362 questões ambientais. Não desmerecendo a espacialização dos COREDES e nem no orçamento
363 participativo, mas em termos ambientais a melhor forma entendemos que seja a bacia hidrográfica.
364 Então, para uma futura Conferência de Meio Ambiente que fique registrado que se busque tomar a

365 bacia hidrográfica como unidade para o planejamento, e poderia ser uma unidade para conferência
366 regional. **Sr. Leonardo Bertold:** parece-me que sempre que quando trazemos a pauta de um fórum no
367 espaço do debate, qual é a melhor regionalização, qual é a melhor estrutura de regionalização para se
368 promover detalhes, discussões, políticas públicas ou de organização das populações em termos
369 regionais, isso tem sido uma constante, ou seja, não me parece que pairam dúvidas de que a estrutura
370 de organização dos COREDES, ou seja, a forma como o município procedeu a regionalização no
371 Conselho de Desenvolvimento, não é a mais adequada do ponto de vista de alguns critérios. Se formos
372 levar mais a fundo os critérios para declinação dos limites dos COREDES, vamos perceber que não
373 são os mais adequados, desde o ponto de vista ambiental, até o ponto de vista das entidades culturais,
374 sócio-econômicas, étnicas das populações do Rio Grande do Sul. Agora, é uma realidade. E
375 trabalhamos hoje a partir de uma realidade. Na regionalização dos COREDES o próprio Governo
376 adotou, de início, essa própria estrutura para operar a discussão na Comissão Bipartite, e me parece
377 que talvez estejamos todos deixando de aproveitar justamente esses fóruns, a exemplo da Conferência
378 agora de meio ambiente, que são fóruns privilegiados para que também se promova a discussão de
379 uma matriz regional do Estado. E esse ponto em si é um ponto interessante para que seja levado esse
380 processo em discussão, ou seja, qual é a matriz mais adequada de regionalização no Estado? Levando-
381 se sempre em consideração que precisamos trabalhar tanto na perspectiva dos grandes ecossistemas
382 que temos no Estado, mas também levando em consideração as diferentes formações sócio-
383 econômicas e culturais no Estado. E diria que tentando buscar uma conciliação, entendo que procede
384 a proposta da gente trabalhar com uma divisão político-administrativa, como temos hoje no Estado, e
385 tentando, a partir desta matriz da regionalização hoje dos COREDES, nós conciliaremos com algumas
386 preocupações que temos em relação a alguns ecossistemas específicos. Talvez não seja o mais
387 apropriado, mas de forma mais mecânica fundirmos duas regiões, fazendo a regionalização da
388 Conferência, duas a duas regiões, mas talvez pela peculiaridade do ecossistema, como foi verificado
389 no litoral norte, nós darmos destaque maior para algumas das regiões. Vejo especificamente a região
390 lagunar, que é aquela parte sul do Estado, pelas características, pela complexidade ambiental da
391 região, e naquela região mais ao norte, na serra, também temos que ter cuidado, e tentando preservar a
392 regulamentação dos COREDES, se for o caso, nós efetivarmos reuniões em regiões específicas. **Sr.**
393 **Presidente:** vamos passar ao período de manifestações, propondo que as falas sejam de quatro
394 minutos. **Sr. Alexandre Bugin:** gostaria de fazer um comentário em relação ao que o Leonardo
395 colocou, e tenho total convicção da necessidade de nós, esse ano, fazermos, e aí vem o entendimento
396 que a SEMA teve que realmente traçar essa divisão em termos de regiões, no sentido de viabilizar, o
397 mais rápido possível, uma Conferência, e retomar esse processo, e acredito que se nós tratássemos um
398 outro tipo de organização que não fosse voltada para essa questão administrativa, até para os próprios
399 COREDES, haveria dificuldade da própria realização da Conferência, no sentido de obter os
400 resultados. Mas discordo, pois certamente, e aí vai em cima do que o Ricardo colocou, e não estou
401 falando somente como representante dos Comitês, mas falo como da área ambiental, como técnico, e
402 se nós olharmos todos os trabalhos que se têm da questão ambiental, e certamente dos resultados
403 dessa Conferência, vamos ver que a unidade de planejamento sócio-ambiental tem que ser por meio
404 das bacias. E acredito que nas próximas conferências devemos buscar esse tipo de organização. Outra
405 questão importante, é que os COREDES têm toda uma sistemática própria, e no ano passado fizemos
406 a Conferência Estadual de Saneamento, pela ABES, e nós coordenamos também, juntamente com o
407 Sindiágua, com o Governo do Estado, com a CORSAN, e verificamos isso aí e foi dada outra
408 regionalização em cima da realidade, e acredito que se nós utilizarmos essa regionalização no futuro,
409 utilizando sempre a questão dos COREDES, da organização dos COREDES, estaremos criando um
410 vício até da própria participação da sociedade nessas conferências, pois os COREDES têm um
411 objetivo que podem ser algumas coisas singulares, mas sabemos que há muitas coisas diferenciadas
412 em relação a questão ambiental. Estamos trabalhando em cima de uma Conferência Ambiental, e
413 temos que nos preocupar, exatamente, com os temas como sendo prioritários, e os COREDES não têm
414 o tema meio ambiente como prioritário, nem sempre, e pode ser que alguns deles tenham. Acho que
415 em relação a tua colocação, devemos buscar nas próximas a regionalização a partir dos comitês,
416 ressaltando o que o Ricardo falou, que deve ser pela viabilização da Conferência de uma forma para

417 se obter os resultados. Só gostaria de questionar se já há as datas marcadas das conferências regionais
418 e a conferência final, se já há datas previstas. **Sr. Presidente:** não temos definição de detalhamento de
419 datas, e antes de fazermos o detalhamento que trata disso, achamos que é necessário aprovar essas
420 diretrizes gerais, e há uma proposição de que a Conferência Estadual seja mais para o final de
421 novembro, mais distanciada do rescaldo do resultado eleitoral, e que nas primeiras conferências
422 regionais sejam priorizadas aquelas regiões onde há um padrão de organização, de possibilidade de
423 sucesso maior, porque não vamos estar testando um processo novo, e esse processo é consenso de
424 todos os seguimentos que ele não deve envolver só a clientela tradicional, mas que ele deve trazer
425 representantes de agricultores, indústrias, universidades, ele deve tentar ampliar a clientela, porque
426 essas instituições se relacionam em nível regional com as questões ambientais, mas a idéia seria que a
427 gente realizasse as regionais mais fortemente em setembro/outubro, e que elas fossem realizadas em
428 final de semana para permitir a presença mais significativa, principalmente dos seguimentos que
429 trabalham, e que não têm possibilidade de se deslocar dia de semana, então, as conferências teriam
430 indicativo de serem realizadas sempre aos sábados, num dia inteiro, permitindo que o pessoal que se
431 desloca para uma cidade-pólo da região possa ir e voltar no mesmo dia, não gerando a necessidade de
432 hospedagem, e isso recolhendo a experiência das outras conferências que têm sido feitas, que dão
433 conta de que a realização do processo em mais de um dia complica e acaba esvaziando o segundo dia.
434 Agora, toda a dinâmica de funcionamento, de Regimento Interno da Estadual e das Regionais não
435 chegamos a detalhar, e fizemos conversas muito preliminares sobre isso, inclusive com esses
436 seguimentos, e combinamos de aprofundar isso na bipartite, com o próprio CONDIMA, e as
437 Prefeituras têm um papel fundamental na sustentação das pré-conferências regionais, e também várias
438 contribuições que a APEDEMA já estão incorporadas nessa proposição. Trabalhamos com a idéia de
439 que o enfoque, dependendo da região, sobre cada um desses temas vai ser maior ou menor, e nós
440 achamos que isso é positivo, pois há uma diversidade, e há demandas diferenciadas. E nessa idéia de
441 pauta colocamos aqui conceitos gerais onde cabem propostas específicas. Quando falamos de política
442 de resíduos sólidos, que vão desde as grandes questões de padrões de produção e consumo até a
443 destinação final. E se aborda numa ótica mais ampla e o detalhamento seria feito a partir das
444 resoluções. E a idéia que se construísse, recolhendo as contribuições regionais, trabalhasse com a
445 Conferência Estadual, em cima de um texto-base buscando a construção de um maior número possível
446 de consensos para a aprovação, mapeando eventuais divergências que necessitem ser deliberadas por
447 outros mecanismos dentro da própria Conferência, é essa a idéia. **Sr. Mário Buede Teixeira:** entendo
448 que esta apresentação temática é apenas sugestiva, mas me chamou a atenção que há vários temas, e
449 chamou-me a atenção a falta de uma área que julgo muito importante que é o planejamento que
450 devesse estar com a gestão, planejamento e gestão compartilhados. E sempre que olho numa
451 seqüência de temas, tenho por norma partir de políticas, planejamento, gestão e aí o restante. Então,
452 apenas para citar essa minha preocupação, pois a questão do planejamento deve ser muito bem
453 discutida nessa conferência estadual. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** primeiro, manifestar a
454 concordância que o planejamento é uma questão essencial. E como já destacamos, a idéia é colocar
455 temas amplos suficientes que possam incorporar qualquer preocupação mais pontual. Então,
456 poderíamos tratar de planejamento tanto no item Estruturação do SISEPRA, como vamos fazer
457 planejamento ambiental no Estado, e na questão das políticas de desenvolvimento sustentável. E a
458 própria Conferência é um processo de planejamento, estabelecendo diretrizes gerais a serem seguidas
459 pelos órgãos do Executivo. **Sr. Jackson Müller:** gostaria de fazer dois comentários importantes.
460 Dentro das discussões que nós desenvolvemos na Comissão Bipartite, entendemos que a Conferência,
461 por ter esse aspecto descentralizado de buscar a regionalização como uma forma de discutir as
462 principais problemáticas regionais, onde deve emergir, sem dúvida nenhuma, essa questão voltada ao
463 zoneamento ecológico do Estado, onde estão os principais conflitos do uso dos recursos naturais e
464 assim por diante, a Conferência deve explorar esse aspecto de implementação do SISEPRA. E dentro
465 dessa questão da implementação, temos um sistema estadual hoje que tem alguns problemas, e dentro
466 desses problemas estão esses itens individualizados que compõem a macrodimensão do Sistema de
467 Proteção Estadual. E essa questão da gestão compartilhada é um instrumento muito importante e
468 efetivo para se fazer o sistema funcionar junto com os órgãos que compõem o SISNEMA, como um

469 todo. E gostaria de fazer só uma sugestão: numa conversa que tivemos hoje de manhã com a área da
470 saúde da FAMURS, é que na segunda quinzena de novembro teremos a Conferência Estadual de
471 Saúde, onde também serão eleitos os delegados estaduais que irão compor o Encontro Nacional. E
472 talvez, dentro da programação e da organização da Conferência de fechamento, a décima segunda, que
473 se pensasse, pois teremos componentes, tanto do meio ambiente quanto da saúde, e às vezes o mesmo
474 componente com o desejo de participar dessas duas conferências, e que nós pudéssemos pensar no
475 aspecto de integração que já está definido pela Conferência Estadual de Saúde a data da segunda
476 quinzena de novembro. E mais como idéia de sugestão, que teremos uma clientela comum tratando da
477 participação nas duas conferências. **Sr. Fábio Silveira Vilela:** concordamos com o que os
478 conselheiros colocaram com relação a fisionomia do Estado na área ambiental, e entendendo a
479 necessidade de usar essa divisão geopolítica que se tem nos COREDES, mas preocupado com relação
480 ao agrupamento na região sul em três regiões. A gente teria três conferências regionais na região sul,
481 na metade sul, agrupando regiões 4, 17, 2, 6, 3 e 20, e no Planalto teríamos sete conferências, mais
482 uma do litoral. E talvez fosse interessante manter as unidades do COREDE na região sul, ter-se-ia
483 mais conferências, mas se chegaria a um número mais próximo, mais equivalente. E com relação a
484 distâncias, que as pessoas teriam que se deslocar, talvez inviabilizando a participação ou a
485 permanência na cidade. **Sr. Alexandre Bugin:** e inclusive se observar a região 20 a diferença entre as
486 duas extremidades da região, são realidades completamente diferentes nesta conferência, e esse é um
487 caso particular que deva ser pensado. **Sr. Fábio Silveira Vilela:** sugiro a manutenção das unidades
488 dos COREDES. **Sr. Jackson Müller:** Nesse aspecto, uma questão importante, de ter penar para
489 montar onze conferências e respeitar isso que foi muito prontamente e oportunamente levantado, a
490 FAMURS tem vinte e três associações regionais e a gente tem participado dos encontros das
491 associações regionais, e para ter perna para isso aí é bastante difícil, bastante complicado, e isso vai
492 exigir um esmero, uma forma de organização administrativa da própria SEMA e das entidades que
493 vão compor esse processo. Essa é uma preocupação. E extensão territorial é enorme, há municípios
494 com 150 Km um do outro, na Metade Sul, e são questões que têm que ser observadas para ter aspectos
495 que deseja ter, que é buscar elementos da realidade regional para trazer, no caso, no fechamento em
496 Porto Alegre. E temos encontrado muitas dificuldades em função das grandes distâncias, tem que ter
497 pessoal para fazer isso tudo. **Sr. Presidente:** sobre esta questão, entendemos inclusive que algum
498 detalhamento desse tipo poderia ser feito pelo Grupo de Trabalho com relação a regionalização. E a
499 própria dinâmica de distribuição dos COREDES, e que acabou sendo da OP considera também
500 concentração populacional, e não há uma diferenciação grande entre o norte e o sul em termos de
501 concentração populacional, e temos algumas regiões onde o nível de envolvimento das comunidades
502 com a questão ambiental é bem menor do que outras regiões. E há disparidade nisso. E isso pode ser
503 estudado mas, considerando de fato que temos que trabalhar com a idéia de que pessoas e setores vão
504 participar, não do tamanho das regiões, pois o grau de ocupação dessas áreas maiores é muito maior
505 do que do norte, e há uma lógica na distribuição dos próprios COREDES, e a gente fez alguns
506 contatos preliminares para conformação dessa proposta com o grau de presença nas reuniões do
507 orçamento participativo regionais, e além das municipais tivemos as regionais mais ou menos nesses
508 critérios, e também com a possibilidade de trabalhar em cima daquelas referências regionais já
509 existentes. Ou seja, quando se trabalha numa determinada região dessas já se sabe qual é o salão
510 paroquial, em que cidade é o melhor lugar para fazer um encontro regional desses, mais ou menos
511 como pólo da região. E é claro que há particularidades aí, e há essa preocupação que foi levantada
512 bastante pela APEDEMA hoje, que vamos precisar reforçar regiões com menor grau de envolvimento
513 dos seguimentos na Conferência, pois senão vamos criar disparidade de representação regional
514 inclusive na própria Conferência, e temos algumas situações onde há possibilidade de poucos
515 delegados, e onde os problemas ambientais são muito significativos, e onde é importante a presença
516 dessas comunidades, o que já dialoga com a preocupação que tu levantaste. E achamos que pode ser
517 tratada essa questão, mas do ponto de vista operacional não temos como organizar um número muito
518 maior do que onze conferências, e pode até ser uma ou duas a mais, mas para esse cronograma que se
519 está propondo aqui ser viabilizado em fins de semana, já vão ter que ocorrer conferências regionais
520 paralelas no mesmo dia, e necessariamente, pela experiência que tivemos de duas semanas de meio

521 ambiente descentralizadas, a sustentação dada pelas instituições locais, em especial as prefeituras, é
522 muito importante, e ela vai estar um pouco dificultada pelo contexto eleitoral, não é uma situação
523 normal, as pessoas vão estar envolvidas com isso. Essas questões têm sido observadas porque vamos
524 ter que, na montagem disso, viajar cada uma dessas regiões, instituir uma pré-comissão, e a partir daí
525 manter contato permanente com a pré-comissão em todas as questões operacionais para montagem de
526 um calendário muito estreito em pouco tempo. E nessas semanas que estão contadas aqui, obviamente
527 a semana anterior e posterior à eleição vão ser anuladas, porque dificilmente nós vamos conseguir
528 naquela situação anterior, e depois no rescaldo, contagem de votos, vamos conseguir realizar
529 conferências nas regiões, vai ser praticamente impossível que isso aconteça. A proposição de
530 encaminhamento que a gente faria seria a seguinte: que fosse aprovada essa diretriz geral para a
531 Conferência, que fossem incorporadas possíveis contribuições que já pudessem ser aprovadas, outras
532 remetidas ao detalhamento, e que esse detalhamento fosse um Grupo de Trabalho formado pelo
533 Conselho, para, conjuntamente com responsabilidade executiva da SEMA conduzir o processo da
534 Conferência. Esse Grupo de Trabalho, no nosso entendimento, deveria ser um Grupo, razoavelmente,
535 enxuto e representativo da pluralidade de instituições que têm assento aqui no Conselho, que seriam
536 necessariamente ONGs, instituições científicas, setor produtivo, Governo e Municípios, pelo menos.
537 **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** apenas um esclarecimento antes de aprovar a sua proposta. Com
538 relação a escolha de delegados, item c), não estão detalhados. **Sr. Presidente:** o que se pensou, a gente
539 conversou bastante sobre isso é o seguinte: há uma necessidade de uma presença mínima desses
540 seguimentos dentro da Conferência, e como a maior parte desses seguimentos tem entidades estaduais
541 que estão assentadas na região metropolitana, dificilmente vão disputar presença, enquanto direção
542 dessas entidades, nas conferências regionais. E seria uma espécie de corte temático, onde ao invés de
543 você fazer uma conferência temática do setor produtivo, indústria, outra, a agricultura, outra comitês
544 de bacias, outra de municípios, onde, aproveitando as instâncias representativas estaduais fosse
545 solicitado às entidades representativas dos seguimentos que indicassem um número x de delegados
546 para a Conferência. E nós conversamos bastante com a APEDEMA sobre isso, que seria numa
547 proporção nunca superior a 20% do global de delegados eleitos, e que mantivesse a pluralidade que
548 vai ser verificada na própria eleição regional dos delegados. E aqui, nessas propostas de delegação
549 nata ou de um critério temático, vamos ter seguimentos que têm interesses e posições contraditórios,
550 uns com os outros, e achamos que isso é positivo. Agora, essa proposição de uma presença mínima de
551 delegados representando esses seguimentos, ela só seria viável mediante um grau de consenso elevado
552 aqui do Conselho, que a gente chegasse a conclusão que é importante que o CONDEMA da FIERGS,
553 e indique lá, pela proposição aqui, quatro delegados que vão estar dentro da Conferência, porque é
554 importante que a indústria esteja. Que para a agricultura, que a FARSUL e FETAG façam o mesmo, e
555 assim por diante, independentemente nas regionais, pelos critérios regionais, esses seguimentos
556 estarem representados: que o CONDIMA, para os Municípios, que o Fórum Gaúcho de Comitês, para
557 os comitês, e assim por diante. Vamos partir para uma dinâmica resolutiva. Há alguma observação
558 sobre o período do processo de realização? **Sr. Antenor Pacheco Netto:** talvez o Presidente pudesse
559 esclarecer um pouco melhor o que está sendo pensado para que a Conferência Estadual, estou
560 particularmente necessitando de maiores esclarecimentos. **Sr. Presidente:** as conferências regionais
561 necessariamente têm que ter uma apresentação de um quadro informativo mínimo para as regiões,
562 com enfoque nas questões regionais, o desdobramento provavelmente em trabalhos de grupo, e o
563 recolhimento de todas as proposições que surgirem na plenária final. E entre a última Conferência
564 Regional e a Conferência Estadual, uma Comissão Sistematizadora juntaria todas essas contribuições
565 tentando transformar isso num texto-base de resolução para a Conferência Estadual, pelas
566 hierarquizações devidas, pelo tamanho e pela complexidade da pauta, de maneira que a Conferência
567 Estadual pudesse ser fundamentalmente deliberativa, ou seja, aprecia por blocos de temas, aprecia,
568 identifica os pontos consensuais, identifica os pontos de controvérsia, delibera sobre os pontos de
569 controvérsia e segue adiante. Ou seja, a idéia central da Conferência Estadual é de que se tenha o
570 debate, mas que o debate seja num sentido resolutivo que permita fazer com que, ao contrário das
571 demais conferências, tenhamos um documento final que possa ser remetido tanto ao Governo
572 Estadual, quanto a todas as instituições a quem se dirigem as resoluções, como a síntese do processo

573 da Conferência, uma Conferência de dois dias, um sábado e um domingo, mais ou menos num
574 formato que tem sido todas, e a gente tem tomado muito como referência a Conferência de Habitação,
575 que pareceu que funcionou bem, e teve um documento final conciso, afirmativo. Alguma proposta de
576 inclusão de ponto para as temáticas? **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** apesar de já ter sido falado de se
577 ter procurado colocar pontos gerais, e não se descer muito ao detalhe, mas acredito que seja
578 interessante um ponto que é a questão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. E talvez
579 estivesse incluído ali dentro de Biodiversidade e Política Florestal, mas aí acho importante destacar
580 essa questão. **Sr. Flávio Silveira Vilela:** parece que a questão da Política Florestal, toca mais na
581 questão de produção, se poderia destacar, essa questão da biodiversidade também. **Sr. Presidente:** a
582 idéia seria que aqueles pontos que estão ligados aos conceitos mais amplos, e que não estão
583 claramente apresentados aqui fossem objeto do documento do texto-guia, em que você faz uma
584 espécie de termo de referência, que desdobra, o que se quer tratar no tema de Biodiversidade e
585 Política Florestal, e a junção foi proposital, em função de que tratados separadamente esses assuntos
586 podem ser inclusive contraditórios entre si, e a idéia era justamente essa, e podemos até revisar, e
587 obviamente o enfoque é mais ambiental do que de produção, de fomento, embora o fomento dialogue
588 com as políticas de proteção da biodiversidade. Tivemos, de parte da APEDEMA várias sugestões e
589 pontos, como políticas de embalagens, uma série de outros pontos que são desdobramentos desses,
590 mas a idéia foi montar uma pauta que não pense, no final, como se quisesse ter resolução sobre aquele
591 ponto específico, por isso ele entraria na pauta explicitamente. A montagem da pauta aqui é tão-
592 somente para fazer com que nenhum assunto que tenha relação com o global seja excluído por estar
593 fora da pauta, esse é o objetivo. Essa pauta é bem genérica com esse propósito. E se a gente fosse
594 detalhar cada um desses pontos aqui, fazendo os termos de referência dentro da pauta, ficamos com
595 uma pauta interminável, que assusta os interlocutores, e essa pauta aqui já uma pauta longa, e a opção
596 foi de não detalhar, mas no documento, no texto-guia, apresentar o Quadro das Unidades de
597 Conservação, os principais desafios, os principais nós enfrentados pelo setor, como em cada um
598 desses setores. E esse é o objetivo. **Sr. Leonardo Bertold:** achei interessante encarar os debates
599 temáticos com destaques em conferências regionais e estaduais. **Sr. Presidente:** essa parte de debates
600 temáticos, não há a proposição aqui de se fazer um calendário pesado de debates temáticos porque
601 temos avaliação de que é impossível fazer isso. Montar ao lado de onze Conferências Regionais um
602 forte calendário de debates temáticos com especialistas não tem viabilidade. E a gente pôs aqui
603 debates temáticos trabalhando que para alguns pontos específicos, mais importantes, o Grupo de
604 Trabalho poderia apontar isso, por exemplo, política de embalagens, e há uma série de outros assuntos
605 que já estão no calendário do segundo semestre, seminários de planos de bacias, de recursos hídricos,
606 cuja idéia é que eles sejam incluídos no calendário preparatório da Conferência, porque eles não são
607 instâncias deliberativas da Conferência, mas eles acabam entrando no processo preparatório,
608 trabalhando com o mesmo público. Essa idéia dos debates temáticos está solta, porque não há a
609 proposição que a gente organize um calendário temático forte em função dessa avaliação de tempo e
610 infra-estrutura que permitisse fazer isso, embora é idéia nossa que no nosso lançamento do Código
611 haja um seminário específico debatendo a aplicação do Código que já se enquadra dentro do processo
612 da Conferência, e assim outros assuntos que vão ser tratados. Mas o Grupo de Trabalho poderia
613 identificar assuntos, que pela sua complexidade e relevância pudessem ser destacados e a APEDEMA
614 inclusive sugeriu que a gente em algumas regiões fizesse debates que pudessem chamar a atenção,
615 prévios às Conferências Regionais de maneira a mobilizar para as Conferências Regionais. Isso dá
616 para fazer com uma certa tranquilidade principalmente nos lugares onde as comissões locais puderem
617 trabalhar ou tiverem uma organicidade maior. Há divergência sobre o critério de delegação proposto
618 no item a)? Isso foi uma média, discutimos bastante isso, foi de um para cinco e um para vinte, e essa
619 cláusula de segurança para que as pequenas plenárias possam ter uma representação mínima de cinco
620 delegados. A proposição de que os membros efetivos do CONSEMA sejam delegados. Não há uma
621 definição sobre se isso se aplica só aos titulares ou a titulares e suplentes, não chegamos. Sendo só os
622 titulares serão vinte e sete membros, sendo titulares e suplentes o dobro, e quando estamos
623 trabalhando com esse critério a delegação é ao conselheiro que representa a instituição, e a nomeação
624 formal é do conselheiro. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** seria mais fácil pois evitar-se-ia todo um

625 processo de eleição de representantes. **Sr. Presidente:** a proposição original seriam só os titulares, e
626 na ausência do titular, o suplente. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** nada impede que a entidade concorra, é
627 a pessoa, não é a entidade. **Sr. Presidente:** é o que a gente chamou de membros efetivos do Conselho.
628 Então, ficam só os titulares, e, na sua ausência, os suplentes. E a última questão, a que menos nós
629 avançamos nas conversas preparatórias é essa proposição de delegados natos temáticos, que a
630 proposição aqui foi de quatro por setor, representando esses setores: Governo Estadual, Municípios,
631 indústria, agricultura, ONGs, Universidade, Comitês de Bacia, cuja indicação seria solicitada às suas
632 entidades estaduais. Alguns aqui compreendendo as suas pluralidades. Por exemplo, a agricultura,
633 FARSUL e FETAG, pela diferença de representação, e assim por diante. **Sr. Antenor Pacheco**
634 **Netto:** quatro por setor, seriam quatro representantes do Governo Estadual, quatro delegados
635 representantes dos Municípios, quatro representantes das indústrias, quatro representantes dos Comitês
636 de Bacias? **Sr. Presidente:** isso, sem prejuízo das disputas de delegação e da presença no Conselho.
637 Por exemplo, no caso do Governo Estadual, o Governo poderia deliberar que além dos sete membros
638 do Governo, e chamar outros órgãos, que não compõem o CONSEMA, para ampliar a representação
639 do Governo pelo envolvimento desses órgãos necessários aqui na política. **Sr. Antenor Pacheco**
640 **Netto:** gostaria de fazer mais uma pergunta: se já está sendo trabalhado dentro da Conferência
641 Estadual o número máximo ou mínimo de delegados. Seria bom que seja pensado, pois já houve essa
642 discussão de número máximo e mínimo? Parece-me que até esse critério ser, parece que estamos
643 restringindo muito a participação, e o critério máximo seriam delegados da população, pois a
644 população é dado nas Conferências Regionais o direito do cidadão participar e se candidatar a ser um
645 delegado. O critério b) já está definido, e são representantes desse Conselho. E o critério c) seria um
646 critério de representatividade também. E até por formular se quatro é um número bom ou não, acho
647 que temos que ter uma idéia do universo, do local, da dinâmica de trabalho da Conferência Estadual.
648 No meu entendimento, com relação aos Comitês de Bacias, já há onze Comitês de Bacias
649 constituídos, e deveríamos dar chance que cada Comitê de Bacias trouxesse um representante, pois
650 entre onze vamos ter que tirar quatro, e isso tumultua. Temos que favorecer a participação, ampliar ao
651 máximo a participação, e não procurar restringir. **Sr. Presidente:** a idéia seria um critério misto,
652 fizemos uma simulação, e principalmente na conversa com a APEDEMA, a gente pensou bastante
653 sobre isso, pois a APEDEMA levantou uma preocupação entre a proporção de natos e a proporção de
654 eleitos, para não ficar muito desparelho. E trabalhamos com a idéia de 350 a 400 delegados na
655 Conferência, e pegando as que tiverem menos e as que tiverem mais e o grau de mobilização. A idéia
656 aqui seria solicitar, por exemplo, que o Fórum Gaúcho de Comitês designasse representação do
657 Fórum, especificamente sobre a questão de política estadual, independentemente dos membros dos
658 Comitês que vão concorrer e que podem ou não representar o seu comitê, pois dentro dos comitês há
659 também posições e interesses contraditórios, o que é natural. A proposta original que a SEMA tinha
660 feito era de seis por setor. E chegamos a essa redução de quatro por setor, mas a idéia não era que
661 fosse um número muito elevado também. Chegou-se a pensar numa relativização em termos de
662 Governo Estadual, pois de fato seria importante que vários órgãos de Governo participassem e os
663 órgãos de Governo, em nível diretivo, não vão disputar delegação nas plenárias regionais, pois eles
664 estão mais localizados aqui, mas não se avançou nisso também. E a idéia era tratar equanimemente os
665 seguimentos independentemente do seu peso. Mas esse número é em aberto, ele pode ser aumentado
666 ou diminuído, e ele saiu de seis para quatro depois dessa nossa conversa com a APEDEMA. **Sr.**
667 **Antenor Pacheco Netto:** a minha sugestão é para flexibilizar essa discussão, e me parece que talvez a
668 gente não precise fixar um número exato, e comparar Comitês de Bacias com Município ou indústria,
669 e me parece que não necessariamente poderia ser um número igual para todos esses representantes. E
670 são seguimentos muito diferenciados. **Sr. Presidente:** pensamos nisso e desistimos pela
671 complexidade, e também chegamos à conclusão que teria que ser um número par, pois se alguns
672 seguimentos aqui se tiver que dividir meio para cada um não vai ter acordo, e teria que ser meio a
673 meio. Nós podemos transferir isso para o Grupo de Trabalho, mas seria importante que o Conselho
674 disse uma diretriz, pois essa é uma questão importante pois ela precisa estar muito legitimada, ela não
675 pode ser objeto de contestação. **Sr. Leonardo Bertold:** gostaria que fosse apreciada a possibilidade
676 de incorporarmos os conselheiros do orçamento participativo nesse processo de delegação, haja vista

677 que é um Fórum hoje importante na medida que contribui especialmente na definição de verbas e de
678 recursos para o Estado, e é uma forma de tensionarmos para que esses fóruns de deliberação do
679 orçamento não se atenham a critérios de obras, mas que possamos dar um recorte mais amplo e mais
680 complexo para esses fóruns urbanos, que do meu ponto de vista acabam se atendo a aspectos
681 estritamente financeiros, de obras locais, sem uma visão mais complexa das questões. **Sr. Presidente:**
682 nesse caso teremos que fazer a compatibilização, OP e COREDES. Sobre o item c) há a proposição de
683 agregação do orçamento participativo e dos COREDES dentre esses setores, delegação nata. A
684 proposição original é de que seja o mesmo número de delegados para todos os setores, e tem a
685 ponderação levantada pelo conselheiro Pacheco, e chegamos a pensar nela, mas desistimos por conta
686 da complexidade, e tem uma proposição aqui de quatro por setor. Ou seja, solicitaria se há o Fórum
687 Estadual de COREDES, há o Conselho do orçamento participativo, há o CONDEMA da FIERGS, há
688 o Fórum Gaúcho de Comitês, que indicasse um número “x” que nós determinaríamos aqui. Alguém
689 propõe um número além de quatro ou seis? **Sr. Antenor Pacheco Netto:** proponho uma alternativa
690 para desresponsabilizar este Conselho, e jogar para o Grupo de Trabalho, que talvez possa formular
691 melhor, pensar melhor uma estratégia, e não sei se daria tempo de dar o retorno numa nova reunião do
692 Conselho para trazer essas questões já um pouco mais trabalhadas, e cada ponderação dessas dá um
693 número final de delegados. Particularmente, não teria elementos para decidir nesse momento. **Sr.**
694 **Antônio Carlos Porciúncula Soler:** antes de entrar no número queria sugerir um novo seguimento,
695 que acho importante, que não está contemplado, que são as colônias de pescadores, que poderia
696 considerar como delegados natos. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** na região que houver. **Sr. Antônio**
697 **Carlos Porciúncula Soler:** não é por região, é por seguimento. Temos colônias aí em todo o Estado.
698 **Sr. Presidente:** aberto para manifestações. A proposta objetiva do conselheiro Pacheco foi que isso
699 fosse delegado ao Grupo de Trabalho. Gostaríamos de no desencadeamento do processo da
700 Conferência poder anunciar pelo menos as grandes diretrizes, e se assunto fosse remetido ao Grupo de
701 Trabalho tendo que retornar ao Conselho não seria viável, até 03 de agosto. E pode-se fazer isso,
702 anunciar a Conferência sem os critérios, mas vai ficar meio estranho do ponto de vista da
703 publicização, mesmo que não se dê ainda o calendário exato de em que cidades vão ser, a idéia é de
704 que os critérios gerais fossem definidos aqui. **Sr. Alexandre Bugin:** gostaria de esclarecer um pouco
705 essa questão da participação dos COREDES, como se daria, aqui, como delegado do orçamento
706 participativo? **Sr. Presidente:** da mesma forma que os outros seguimentos. O Conselho do orçamento
707 participativo e o Fórum Estadual de COREDES escolheriam, por meio de suas instâncias, o número
708 de representantes que nós determinássemos aqui, que seria igual a todos os outros seguimentos, e eles
709 participariam como Fórum Gaúcho de Comitês ou como qualquer outro seguimento. Não seria um por
710 COREDE regional ou um por região do orçamento participativo, é essa a idéia, são dois grupos de
711 quatro. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** dentro desse critério, tanto para OP, como para
712 COREDES ou da colônia de pescadores, não teria nenhum problema se colocar os Comitês de Bacias
713 e vai ter quatro ou seis ou oito, também se escolheriam entre os Comitês de Bacias quatro, seis ou oito
714 representantes. **Sr. Presidente:** podemos avaliar objetivamente as propostas de resolução que se tem.
715 Primeiro em relação ao prosseguimento e em relação a que seguimentos compõem esses delegados
716 natos, uma vez que não parece haver divergência sobre essa necessidade. Há duas proposições na
717 Mesa sobre número, e há uma proposição de não deliberar aqui sobre isso e remeter ao Grupo. **Sr.**
718 **Antenor Pacheco Netto:** um esclarecimento. Quando se fala da indústria, fala-se da representação da
719 indústria. E quando se fala em agricultura, fala-se dos produtores, enfim, mas principalmente a
720 indústria, estava pensando que devesse haver uma representação dos trabalhadores das indústrias, e
721 talvez a gente comece a lembrar seguimentos, e talvez devesse lembrar de mais um membro nato. **Sr.**
722 **Presidente:** vamos tratar dos setores logo adiante, vamos definir o número por setor, e tratamos dos
723 setores na seqüência, é pertinente a lembrança. Vamos fazer uma proposição objetiva, que seja
724 definido um número de seis representantes por seguimento, e que seja um mesmo número para todos
725 os seguimentos, mesmo com os riscos de desproporção, em alguns casos, achamos que é melhor fazer
726 assim do que tratar de um critério específico para cada seguimento, e aí vamos ter que discutir qual é
727 o peso de cada seguimento na sociedade, e aí vai gerar uma situação muito difícil de ser resolvida.
728 Pode ser seis por setor? Vamos a listagem dos setores: Governo Estadual, Municípios, Indústria,

729 Agricultura, ONGs, Universidades, Comitês de Bacias, OPs, COREDES. Vamos até onde tivemos
730 consenso. Alguma discordância sobre esses seguimentos? Mais a proposição da representação dos
731 trabalhadores – Centrais Sindicais – e colônias de pescadores. **Sr. Alexandre Bugin:** sinto falta,
732 inclusive, do representante da Sociedade de Engenharia aqui. E deve-se pensar, e aí seria difícil no
733 próprio Conselho, mas tem que haver participação dos conselhos profissionais, como CREA,
734 Conselho de Biologia, enfim, são entidades que vão se fazer presentes, e não sei se seria por meio de
735 universidades. **Sr. Presidente:** poderíamos estabelecer entidades profissionais e o Grupo detalhar,
736 numa espécie de uma tentativa de acordo, que compreendesse os seguimentos mais ativos, que
737 inclusive têm manifestado interesse em acompanhar os trabalhos do CONSEMA, como o CREA,
738 Conselho de Biologia e outros que são mais ativos nessa área. A FETAG está no que chamamos de
739 agricultura. E há setores complexos. No caso da agricultura, objetivamente FARSUL e FETAG,
740 inclusive têm assento no Conselho. Ficamos com os setores inicialmente propostos, mais OP,
741 COREDES, trabalhadores, colônias de pescadores e entidades profissionais. O último item relativo a
742 Conferência seria a formação do Grupo de Trabalho. A proposição original foi: Governo Estadual,
743 Municípios, ONGs, Universidades e setor produtivo. Seria um Grupo de Trabalho de cinco,
744 compreendendo que haverá uma estrutura específica do Governo Estadual mais executiva para
745 conduzir a Conferência. E devemos constituir uma Comissão Interna de Governo envolvendo as várias
746 Secretarias que têm relação com o tema, e que vão acompanhar esse Grupo de Trabalho. Esse Grupo
747 de Trabalho necessariamente teria a representação dos seguimentos para trabalhar e fazer o
748 acompanhamento da execução do processo da Conferência. Trazer ao Conselho, quando necessário,
749 alguma questão que seja objeto de deliberação. **Sr. Alexandre Bugin:** gostaria de propor, em relação
750 a questão da lista das entidades, como membros natos, as associações técnico-científicas, não
751 pensando exclusivamente na questão da ABES, mas nós temos a Associação Brasileira de Águas
752 Subterrâneas, temos a ABRH, inúmeras associações que teriam que disputar com as ONGs, e não
753 estariam enquadradas nos conselhos profissionais. E são associações técnico-científicas que já
754 participam dos comitês, como entidades formais, e teriam que disputar com as ONGs. **Sr. Presidente:**
755 quando se fala em ONGs se usa o mesmo critério de ONGs da indicação do Conselho, ou seja, ONGs
756 indicadas pela APEDEMA, e essa definição de entidades profissionais, chamamos aqui de entidades
757 profissionais, e elas poderiam juntar as entidades técnico-científicas com os Conselhos, e pode haver
758 essa relativização em função da importância do setor, várias entidades importantes aí, e fica a
759 apreciação dos conselheiros, e poderíamos trabalhar com um universo de conselhos profissionais, e de
760 associações técnico-científicas, que daria a inclusão de mais um setor. Incluímos associações técnico-
761 científicas, e fica o critério de ONGs, o critério de indicação pelo Fórum da APEDEMA. Resta a
762 indicação das representações dos setores. Já ampliamos bastante a delegação nata, e temos que
763 resgatar a preocupação da APEDEMA de não termos metade da Conferência como delegação nata, e
764 poderemos listar uma série de outros seguimentos, listamos seguimentos prioritários aqui. Resta então
765 a indicação dos representantes para o Grupo de Trabalho, que não nos parece que poderia ser feito
766 aqui, e deveríamos então modificar os diferentes seguimentos para a indicação. No caso dos
767 Municípios é mais simples, no caso do Governo, por meio de suas instâncias, às universidades têm
768 que ser oficiado o Fórum Estadual das Universidades, e a indicação é que os conselheiros
769 representantes das universidades chegassem a um acordo sobre isso dentro do Conselho, e no caso do
770 setor produtivo isso envolve a FETAG, FARSUL e FIERGS, e teria que se chegar a um consenso
771 também, é um por setor, num Grupo de Trabalho de cinco membros, sem prejuízo do
772 acompanhamento ao Grupo de Trabalho. E essa proposição é de um grupo enxuto porque nos nossos
773 grupos grandes não têm conseguido reunir com “quorum”. E vamos formalizar o pedido de indicação
774 aos diferentes seguimentos. Passamos ao segundo ponto da pauta: **2 – Avaliação do CONSEMA.**
775 Esse ponto, já esteve colocado em pauta, mas que nós não conseguimos vencer, e desde março
776 estamos trazendo à apreciação, no sentido de que já tivemos a apresentação do relatório de atividades
777 de 99 do Conselho, e em várias reuniões têm surgido elementos pontuais de avaliação dos
778 conselheiros sobre o funcionamento e a dinâmica desse Conselho. A idéia de avaliação desse ponto é,
779 em primeiro lugar, que ele seja um balanço geral das atividades, e que ele fundamentalmente aponte
780 uma série de desdobramentos, de aperfeiçoamento, do funcionamento desse Conselho, e estar

781 conectado, necessariamente, a proposição da Câmara Técnica que apontou a necessidade de
782 aperfeiçoamento ou de modificações do Regimento Interno. Distribuímos aos senhores uma pequena
783 tabela do número de reuniões do Conselho no período de 99-2000, onde foram realizadas dezesseis
784 reuniões, salvo os períodos de férias, dá, na prática, uma reunião ordinária e uma extraordinária,
785 intercalados, comparativamente ao período 95-98, foram realizadas lá vinte e sete reuniões, o que dá
786 um padrão bastante razoável de funcionamento desse Conselho, no último período, mas temos
787 dialogado com uma série de questões mais estruturais. Primeiro, a necessidade de que o Conselho
788 tenha uma situação de funcionamento mais orgânico que articule melhor a relação entre o plenário do
789 Conselho e as suas Câmaras Técnicas, e a necessidade de um fluxo de informações mais adequado
790 dentro do Conselho que permita um trabalho mais produtivo de todos os seguimentos. O problema
791 eterno de nossas reuniões, e dificuldade de conseguir “quorum” para instalação, começamos sempre
792 com muito atraso, e a sempre permanente angústia do período posterior às 16h30min com a
793 possibilidade de retirada de “quorum” a paralisia dos processos de deliberação. E a própria situação
794 estrutural do Conselho no que diz respeito a dinâmica que historicamente foi-se constituindo nas
795 Câmaras Técnicas, onde é um Conselho que tem um funcionamento atípico, uma vez que só temos
796 uma Câmara Técnica Permanente e todas as demais Câmaras Técnicas são provisórias. Em função de
797 que as Câmaras Técnicas provisórias em geral são formadas em momentos conjunturais específicos,
798 elas têm dificuldade em manter a continuidade do seu trabalho, e temos um elevado número de
799 Câmaras Técnicas que acabam se inviabilizando por falta de “quorum”, têm o seu mandato vencido e
800 não conseguem apresentar um produto final. E isso dialoga com um processo de avaliação do
801 Regimento Interno, todos esses procedimentos que poderiam ser melhor oxigenados, e isso dialoga
802 com a necessidade de um movimento político conjunto para que algumas instituições que
803 tradicionalmente têm dificuldade de comparecimento possam vir, no ano passado chegamos a fazer
804 isso, oficiamos os titulares de todos os órgãos aqui representados por conta da situação do horário de
805 início e término das reuniões, estabelecendo o período das 14h às 18h para a realização das reuniões,
806 e a Presidência inclusive esteve visitando vários dos órgãos que tinham menor percentual de
807 comparecimento nas reuniões desse Conselho. Um processo que teve algum resultado pontual, mas
808 que acabou voltando a mesma situação. Uma impressão inicial nosso é de que seria necessário acoplar
809 à discussão sobre o Regimento Interno uma dinâmica de funcionamento das Câmaras Técnicas que
810 resgatasse um pouco a inspiração do Conselho Nacional de Meio Ambiente, onde ao invés de você ter
811 um número grande de Câmaras Técnicas Provisórias com um número grande de conselheiros
812 representando, você tivesse um número menor de Câmaras Técnicas Permanentes onde os assuntos
813 conjunturais que aparecem seja remetidos às Câmaras Permanentes, já então trabalhando com uma
814 seguimentação de assuntos onde um grande assunto, que venha a surgir no Conselho, conjuntural,
815 possa ser remetido a uma Câmara, por exemplo, de controle ambiental ou de biodiversidade ou
816 política florestal ou outras atividades, como gestão das águas, recursos hídricos ou outras atividades
817 que pudessem recompor a situação de dinâmica de funcionamento das Câmaras Técnicas permitindo
818 que elas tivessem um mandato mais permanente, e nós temos hoje um problema objetivo, que é o fato
819 de que as Câmaras Técnicas Permanentes só podem ter cinco membros e as provisórias podem ter um
820 número aleatório de membros, então, acaba-se criando Câmaras Provisórias para possibilitar uma
821 presença maior de conselheiros, e nós temos várias Câmaras que tratam de assuntos importantes, que
822 foram formadas e não conseguiram nenhuma vez com o “quorum”, como é a Câmara do ICMS
823 Ecológico, Câmara importantíssima, que há mais de um ano e meio tenta viabilizar reuniões com
824 “quorum”, uma Câmara com quinze membros, e que nunca conseguiu reunir com o “quorum”
825 necessário para a sua instalação. Há uma série de assuntos que dizem respeito à dinâmica de
826 funcionamento, e nossa impressão é de que a estrutura física do Conselho, que está sendo construído,
827 e os senhores estão vendo aqui ao lado, a obra já iniciou, com sala de reuniões, com uma estrutura
828 mínima de funcionamento, computadores, um pequeno auditório pode dar as condições para um
829 funcionamento mais adequado, mas há algumas questões de ordem estrutural que precisam ser
830 modificadas em termos de Regimento Interno para que esta questão provoque uma espécie de uma
831 reforma do Conselho. Nós fizemos uma avaliação do assunto Regimento Interno, que será proposto
832 para a próxima reunião, e ele não é um assunto que tenha grandes polêmicas, mas nas duas vezes que

833 esse assunto foi trazido à pauta, não conseguimos ter “quorum” pois a discussão de Regimentos
834 Internos é uma discussão não das mais atraentes, e tivemos dificuldade para viabilizar esta instalação.
835 E obviamente ela não pode ser feita de maneira burocrática, ela deve ser antecedida de uma discussão
836 de avaliação do funcionamento do próprio Conselho. Ao mesmo tempo, nós percebemos que há um
837 interesse grande de vários seguimentos e entidades importantes no acompanhamento dos trabalhos
838 desse Conselho e que, se a Câmara de Regimento Interno levanta questões que devem ser objeto de
839 uma lei, de reformulação do Conselho, a própria composição do Conselho poderia ser levantada pois
840 nós temos alguns casos de dupla representação de seguimentos, e temos seguimentos importantes que
841 pleiteiam representação e hoje não podem estar representadas formalmente no Conselho. Nós
842 estaríamos levantando a necessidade de que dentro do contexto da reformulação do Regimento
843 Interno, se pudesse oportunizar uma reflexão mais crítica sobre quais são os saldos do Conselho até
844 aqui e para onde ele vai. A SEMA não entende como adequado um processo muito longo envolvendo
845 essa discussão como o que foi feito dentro do CONAMA, que foi muito positivo, mas que levou cerca
846 de um ano e meio, e que nós achamos que o grau de amadurecimento e de compromisso e de
847 complexidade é menor aqui, e nós poderemos fazer isso aqui num período mais curto de tempo. E por
848 fim, dentro desse processo, é necessário inclusive tratar do processo de eleição direta da Presidência,
849 em função de que a lei que cria a Secretaria Estadual de Meio Ambiente prevê a eleição, pelos seus
850 membros, desse Conselho, e nós precisamos, acoplado nesse processo de reformulação desse
851 Conselho tratar dessa parte relativa a escolha da Presidência e dos mecanismos de funcionamento que
852 regerão o Conselho para o próximo período. A nossa impressão é de que seja necessário que se faça
853 uma avaliação e um processo mobilizatório dos membros desse Conselho, em função de que ele tem
854 cumprido um conjunto de pautas extremamente importantes, e ele experimenta um certo processo de
855 dificuldade de envolvimento de alguns setores que são muito importantes para estarem aqui. Então, há
856 alguns mecanismos de reformulação que podem ajudar, e há outros mecanismos de sensibilização dos
857 seguimentos que estão aqui representados, desde o Governo até principalmente as representações
858 externas da sociedade, e temos feito um processo permanente de mobilização, de sensibilização das
859 Secretarias para estarem aqui representadas, e a média de presença do Governo é bastante razoável, no
860 nosso entendimento, e podemos inclusive oportunizar aos senhores, fizemos um levantamento das
861 tabelas de comparecimento, quais são os seguimentos com maiores dificuldades de comparecimento,
862 quais são os mais assíduos, e todos esses elementos estão presentes aqui, e achamos que seria
863 importante que essa discussão fosse feita no âmbito do Conselho como uma discussão prévia,
864 preparatória à própria avaliação do Regimento Interno, que possibilita introduzir formalmente
865 modificações de regimento e da própria lei que criou o Conselho, que permita modernizá-lo, adequá-
866 lo as novas exigências, as novas demandas, que permita fazer com que ele tenha um mecanismo de
867 funcionamento mais adequado. Nesse sentido, todas as instâncias que garantem uma vitalidade do
868 Conselho entre uma reunião e outra, que basicamente estariam localizadas dentro das Câmaras
869 Técnicas, precisam ser profundamente modificados. O quadro mais preocupante, dentro do Conselho,
870 é de fato o quadro das Câmaras Técnicas, e isso envolve desde as dificuldades administrativas de
871 sustentação do processo, que, a nosso ver, tem sido bastante razoável a sustentação administrativa,
872 mas envolve também um pacto de compartilhamento de responsabilidade do conjunto das instituições
873 para que esses assuntos sejam viabilizados. E a pauta do próximo período, marcado pela Conferência
874 Estadual de Meio Ambiente, marcado pela necessidade de um cronograma intenso de trabalhos de
875 regulamentação dos preceitos estabelecidos no Código Estadual de Meio Ambiente, e marcado pela
876 necessidade de apreciação de uma série de trabalhos já concluídos pelas Câmaras Técnicas, indicam
877 que talvez tenhamos que intensificar a periodicidade que tem sido, na média, mensal, para um
878 conjunto, uma intensiva de reuniões, uma pauta de trabalho prioritária desse Conselho que permita
879 vencer essas necessidades e para isso, obviamente, precisamos estabelecer aqui um pacto entre as
880 instituições. Se as pautas devem ser menores porque a partir de um determinado horário não é
881 possível a permanência nas reuniões, vamos fazer pautas menores e um número maior de reuniões. Se
882 é possível fazer pautas maiores, garantindo que não tenhamos esse desgaste de ausência de “quorum”
883 a partir da metade da reunião, vamos fazer um número menor de reuniões com pautas mais densas,
884 trabalhando um disciplinamento maior de tempos para apreciação dos assuntos, de maneira que nós

885 possamos ter a resolução dos assuntos trazidos ao Conselho. Então, são alguns elementos de avaliação
886 que gostaríamos de colocar, em nome da Presidência e da Secretaria Executiva, oportunizando uma
887 primeira rodada de avaliações aqui dentro do Conselho em relação a esses temas que têm sido
888 objetivamente pautados por vários seguimentos que compõem o Conselho, e também tem sido trazido
889 por vários seguimentos que demandam políticas e responsabilidades que só podem ser encaminhadas
890 por esse Conselho em termos resolutivos em função das suas competências específicas. É o caso, por
891 exemplo, da norma relativa aos resíduos hospitalares, que é complexa, mas que já estamos
892 acumulando trinta ou quarenta ofícios de instituições variadas solicitando que o Conselho aprecie esse
893 assunto, a Câmara Técnica já concluiu os seus trabalhos a um determinado tempo, e a nossa dinâmica
894 não tem permitido que esse assunto entre na pauta. E isso acaba gerando um desgaste do órgão
895 executivo responsável pela condução do Conselho, mas também acaba gerando um certo desgaste do
896 próprio Conselho, independentemente do mérito das suas deliberações em relação a esses temas, que
897 são temas complexos. E com isso encerro essa avaliação prévia, e passamos imediatamente a
898 intervenções dos membros do Conselho. A nossa expectativa é que a gente pudesse conformar uma
899 rodada prévia de avaliações, e que pudéssemos, inclusive, dialogar necessariamente com a entrada em
900 pauta do ponto relativo a reestruturação do Regimento Interno, inclusive trazendo, além daquelas
901 proposições do Câmara do Regimento Interno, outras possíveis contribuições de aperfeiçoamento que
902 possam ser acopladas ao processo de reformulação direta do Regimento, e mesmo a reformulação do
903 projeto de lei, uma vez que, como dissemos, se a gente deliberar pelo envio à Assembléia de um
904 projeto de lei que reformula o Conselho, façamos isso de uma vez só. Não podemos, a cada período
905 determinado, propor itens muito pequenos e pontuais de reformulação à Assembléia pelos motivos de
906 tramitação que todos nós conhecemos. Fica aberta a palavra aos conselheiros.**Sr. David Edison**
907 **Maciel Barros:** quando fizeste uma referência a questão do horário, só queria contar uma historinha,
908 que faz 20 anos que não uso relógio. E quando usava relógio sempre chegava atrasado, e um médico
909 homeopata me ensinou que uma coisa está marcada para as 9h, boto na cabeça que é às 8h. E é claro
910 que vocês ouvindo vai ficar difícil a gente marcar uma reunião para as 13h sabendo que vai começar
911 às 14h. Quem sabe a gente adianta uma hora no início das reuniões, pois hoje, casualmente, cheguei
912 aqui 13h57min, e só tinha eu e outra senhora, e a reunião começou 14h45min. E é claro que deveria
913 estar presente o Presidente, mas a gente tem que começar a adiantar, e sexta-feira é um dia que a gente
914 tem outras coisas, de ir ao supermercado, até porque a gente recebe com bastante antecedência as
915 correspondências, e tem como agendar essas questões. **Sr. Presidente:** fizemos um acordo no ano
916 passado sobre isso, foi objeto de uma correspondência a todos os seguimentos, de início às 14h, com
917 tolerância máxima de quinze minutos, e portanto, a Presidência sempre está a postos para iniciar a
918 reunião às 14h. E temos um impedimento regimental para fazer isso, pois o Regimento determina que
919 a instalação do Conselho só pode ser feita quando obtido o “quorum”, e isso tem sido, de fato, um
920 transtorno que penaliza, não só a direção, mas os conselheiros que cumprem o horário combinado
921 dentro do Conselho. E foi deliberado no Conselho um acordo que o período das reuniões seria das 14h
922 às 18h, em função de que objetivamente nunca conseguimos cumprir a pauta. E essa combinação não
923 funcionou também, pois a partir das 16h30min, em todas as deliberações, temos que manter uma
924 espécie de vigilância na porta para garantir o “quorum”, sob pena do processo de deliberação ser
925 interrompido em assuntos extremamente importantes, o que é um objeto de desgaste de todos nós
926 também. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** isso é um processo histórico, digamos dentro do Brasil e me
927 parece que esse processo está sendo acentuado, não é só em relação ao nosso Conselho, e essa questão
928 pontual e tendo vista que todos nós andamos atarefados, e parece que está-se tornando uma rotina nas
929 dinâmicas de trabalho e todas as reuniões têm iniciado atrasado, e as pessoas já chegam atrasadas para
930 não ficarem ali esperando. E é uma coisa cultural, lamentável, que trás prejuízo a todos e que acho
931 que realmente para nós rompermos essa dinâmica, vamos ter que firmar um pacto mesmo entre nós,
932 um pacto de trabalho. Realmente as pessoas não chegam às 14h aqui porque sabem que vai começar
933 no mínimo às 14h30min, e porque vou perder meia-hora esperando. Só vejo como uma repactuação
934 que a gente vai estar aqui, não necessariamente às 13h50min para começar às 14h. **Sr. Luiz Felipe**
935 **Kunz Júnior:** na avaliação das dificuldades de se ter “quorum”, por muitas entidades que não
936 comparecem ao Conselho, talvez haja a necessidade de população, principalmente essas entidades

937 protegidas por lei, que tornou muito difícil mudanças a critério do próprio Conselho. E parece que
938 talvez deva ser pensada a mudança na legislação, com uma maior flexibilidade de substituição de
939 entidades a partir da categorias, que permitam, a sua substituição de uma maneira mais fácil, uma vez
940 que há seguimentos que praticamente não comparecem às reuniões do CONSEMA, e esse é um dos
941 pontos a trabalhar, e há vários setores interessados, principalmente na área florestal, já houve várias
942 manifestações de entidades que querem ter assento, querem poder participar, com direito a voto, e que
943 ficam tolhidas na participação muitas vezes por entidades que estão ocupando vagas aqui e que
944 acabam não comparecendo ou não utilizando esse direito de participação que lhes foi conferido. Esta
945 é a primeira preocupação a ser colocada. **Sr. Alexandre Melo Soares:** vou fazer um comentário sobre
946 duas ordens. Uma delas refere-se ao planejamento de uma agenda do Conselho, com as pautas que o
947 Conselho vai ter no futuro, com definição do ordenamento das prioridades das referidas pautas. Com
948 relação a representação, temos que fazer uma discussão sobre a paridade com porcentagem,
949 identificando os setores que podem ser representados hoje no CONSEMA, com igual peso de votação,
950 que poderia ser considerada ideal, mas sei que não é fácil montar no Regimento. E há muitas
951 entidades que querem participar do Conselho, já que o nosso Regimento Interno está muito engessado,
952 com o Conselho não se abrindo a outras entidades, as Câmaras Técnicas não tendo condições de
953 trabalho, isso tudo está motivando a mudança de discussão do Regimento Interno. O Conselho é o
954 plenário, que recebe os encaminhamentos mastigados das Câmaras Técnicas para deliberar, e o
955 plenário não pode ser entrave à Câmara. Acredito que as Câmaras têm que melhorar o trabalho de
956 discussão no plenário para facilitar o fluxo de demandas que chega ao CONSEMA. **Sr. Mário Buede**
957 **Teixeira:** concordo com o horário das reuniões do CONSEMA nas sextas-feiras à tarde, reconheço
958 que para mim é excelente. Mas não teria objeção alguma se fosse modificado para outro dia e horário.
959 **Sr. Antenor Pacheco Netto:** e essa necessidade de se deliberar assuntos de pauta muito importantes,
960 como a questão dos resíduos sólidos hospitalares, que têm sido adiado, constantemente, justamente
961 por não haver “quorum” para deliberação. **Sr. Alexandre Bugin:** concordo com as colocações dos
962 conselheiros, mas acredito que temos que nos reunir em um dia específico, talvez um sábado ou
963 domingo, mas que fosse um dia inteiro, para discutir o Conselho. Acho que se nós vivenciarmos o
964 Conselho um dia inteiro, de manhã à tarde, almoçando juntos, ficando o dia inteiro a discutir o
965 Conselho vai ser, extremamente, importante para avaliar as nossas ações. E que essa reunião fosse
966 marcada para um outro local, fora daqui deste auditório, para que os conselheiros permanecessem
967 juntos o dia inteiro discutindo o nosso Regimento Interno, que já por várias vezes entrou em pauta e
968 não foi examinado, bem como a questão das Câmaras Técnicas, já que temos poucas trabalhando no
969 momento. Fica essa sugestão, de talvez um dia inteiro ou talvez dois dias para pensar o CONSEMA.
970 **Sr. Fábio Silveira Vilela:** queria resgatar alguns assuntos de pauta que estão pendentes, como a
971 questão dos portos, com relação a uma resolução da SEMA, que tratava na época do acidente com o
972 Bahamas, da segurança dos portos no Estado. E também foi feito um pedido de relatório junto ao
973 DRNR, com relação ao Parque Estadual de Nonoai e mais as unidades de conservação que estão
974 sendo verificadas pelas comunidades indígenas, relatando isso em plenário, e acredito que isso não vai
975 tomar muito tempo do Conselho. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** se a Mesa não se opor, em dez
976 minutos, o relatório já está pronto, e eu poderia dar agora as informações pedidas pelo conselheiro
977 com relação as comunidades indígenas. **Sr. Presidente:** pelo adiantado da hora, sugeriria que esse
978 relatório fosse apresentado numa próxima oportunidade, já que também temos baixo “quorum” para
979 conhecer deste relatório, e acredito que seria importante haver uma maior presença de conselheiros.
980 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** gostaria que nos fosse passado como está o controle do Estado nos
981 licenciamentos de postos de combustíveis, e também com relação a Petrobrás, refinaria, com esses
982 acidentes que têm acontecido, de vazamentos em oleodutos, inclusive com, o “acidente” no litoral
983 gaúcho, em Tramandaí, no verão, do derrame de óleo no mar, talvez com o convite de alguém
984 responsável da Petrobrás para vir aqui dar explicações sobre esses acidentes com óleo da Petrobrás.
985 **Sr. Presidente:** podemos fazer o convite a um técnico da Petrobrás para vir ao CONSEMA falar
986 sobre esses acidentes. Vamos fazer um levantamento das pendências para tratar dessas questões com a
987 maior prioridade. Podemos ficar com o indicativo de uma próxima reunião de dia inteiro, se houver a
988 concordância dos conselheiros, para o dia onze de agosto, sexta-feira, em local e horários que

989 posteriormente vamos informar, numa espécie de seminário de discussão preliminar de avaliação do
990 CONSEMA, com um aprofundamento para se identificar as principais perspectivas do Conselho para
991 o próximo período, com uma discussão e deliberação a respeito das reformas do Regimento Interno
992 apresentadas pela Câmara Técnica, que foi criada exclusivamente para esse fim. Vamos combinar,
993 inclusive que os conselheiros tragam proposições de agendas prioritárias para o próximo período.
994 Agradeço a presença dos conselheiros. Boa-noite. Encerra-se a reunião às 17h50min.